

Ministério Público - Tutela Coletiva e Atuação Extrajudicial - Parte I



CURSOS DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA

Certificado de 20 horas-aula



PRA QUEM?

Membros, Servidores Efetivos e Comissionados, Residentes e Estagiários do MPSC



QUANDO?

Curso com início imediato (basta efetuar a matrícula)



ONDE?

CEAF Virtual

OBJETIVO:

Contribuir para a atualização de conhecimento dos participantes quanto a tema Tutela Coletiva e Atuação Extrajudicial do Ministério Público.

Realização:



Ministério Público - Tutela Coletiva e Atuação Extrajudicial - Parte I

CURSOS DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA

Certificado de 20 horas-aula



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- **Aula 01:** Apresentação dos modelos de atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público. Base e relação constitucional, legal e normativa (atos PGJ e CNMP) dos principais instrumentos para a atuação extrajudicial. Notícia de Fato (cabimento; amplitude da cognição ministerial; indeferimento; evolução para outros procedimentos; recurso) – Henrique da Rosa Ziesemer
- **Aula 02:** Inquérito civil. Conceito. Escopo. Base constitucional, legal e normativa (atos PGJ e CNMP). Procedimento Preparatório. Atos de um inquérito civil e requisitos formais (portaria, despachos, ofícios, certidões, termos de informação). Publicidade e acesso por interessado e advogado. Recursos – Henrique da Rosa Ziesemer
- **Aula 03:** Procedimento Administrativo. Conceito. Objetos possíveis. Base constitucional, legal e normativa (atos PGJ e CNMP). Atos de um procedimento administrativo e requisitos formais (portaria, despachos, ofícios, certidões, termos de informação). Publicidade e acesso por interessado e advogado. Recurso. Arquivamento. Relação com o Conselho Superior do Ministério Público – Vinícius Secco Zoponi
- **Aula 04:** Requisição, Recomendação e Audiências Públicas. Conceitos. Finalidades. Base constitucional, legal e normativa (atos PGJ e CNMP). Requisitos formais – Henrique da Rosa Ziesemer
- **Aula 05:** Inquérito civil. Ajustamento de conduta: conceito, finalidade, tipologia das cláusulas, processo negocial, requisitos formas e base legal e normativa (atos PGJ e CNMP). Promoção de arquivamento do Inquérito Civil: hipóteses, dever de fundamentação, requisitos formais, publicidade e recursos; possibilidades de decisões e encaminhamentos do Conselho Superior do Ministério Público – Paulo Antonio Locatelli

Realização:



 No caso dos servidores efetivos, quanto a promoção por aperfeiçoamento, sugiro que verifiquem o disposto no Ato n. 301/2018/PGJ e esclareçam dúvidas no Guia Rápido de Reconhecimento de Cursos para Promoção por Aperfeiçoamento, elaborado pela área responsável (GEDEP/CORH), clicando [aqui](#).

Ministério Público - Tutela Coletiva e Atuação Extrajudicial - Parte I

CURSOS DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA

Certificado de 20 horas-aula



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- **Aula 06:** Tutela dos Vulneráveis e Políticas Públicas Especiais. Conceito de vulnerabilidade. Tutela jurídica especial dos vulneráveis. Noções básicas de políticas públicas (teorias e controle). Políticas públicas universais e especiais. Controle de políticas públicas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário – Vinícius Secco Zoponi
- **Aula 07 e 08:** Direito à Saúde e Sistema Único de Saúde. Base constitucional e legal do direito fundamental à saúde e do Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/1990). Políticas Nacionais de Saúde. Relações de Medicação e de Ações e Serviços de Saúde. Entendimentos dos Tribunais Superiores sobre a judicialização da saúde. Atuação do Ministério Público em casos individuais. Utilização dos instrumentos extrajudiciais do Ministério Público para a atuação temática – Vinícius Secco Zoponi
- **Aula 09:** Direito das Pessoas com Deficiência. Base constitucional, convencional e legal dos direitos das pessoas com deficiência. Políticas públicas especiais para a pessoa com deficiência. Atuação judicial do Ministério Público como legitimado ativo e como fiscal da ordem jurídica em processos envolvendo pessoas com deficiência. Utilização dos instrumentos extrajudiciais do Ministério Público para a atuação temática – Luísa Niencheski Calviera
- **Aula 10:** Direito das Pessoas Idosas. Base constitucional, convencional e legal dos direitos das pessoas idosas. Políticas públicas especiais para a pessoa idosa. Atuação judicial do Ministério Público como legitimado ativo e como fiscal da ordem jurídica em processos envolvendo pessoas idosas. Utilização dos instrumentos extrajudiciais do Ministério Público para a atuação temática – Roberta Seitenfuss

Realização:



 No caso dos servidores efetivos, quanto a promoção por aperfeiçoamento, sugiro que verifiquem o disposto no Ato n. 301/2018/PGJ e esclareçam dúvidas no Guia Rápido de Reconhecimento de Cursos para Promoção por Aperfeiçoamento, elaborado pela área responsável (GEDEP/CORH), clicando [aqui](#).